

2.1.3 Análise da resolução de diretoria colegiada – rdc 429/2020 sobre as modificações na tabela de informações nutricionais e como estas podem impactar os consumidores

Karen Pereira de Oliveira Paiva e Laura Cristina Ferreira Cuvello

Análise da resolução de diretoria colegiada – rdc 429/2020 sobre as modificações na tabela de informações nutricionais e como estas podem impactar os consumidores

**K.P.O.PAIVA, L.C.F.CUVELLO**

COMO CITAR O ARTIGO:

PAIVA, K.P.O., CUVELLO,L.C.F. **Análise da resolução de diretoria colegiada – rdc 429/2020 sobre as modificações na tabela de informações nutricionais e como estas podem impactar os consumidores.** URL: [www.italo.com.br/portal/cepep/revista eletrônica.html](http://www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html). São Paulo SP, v.12, n.3, p. 51-66, jul/2022

## RESUMO

As legislações de rotulagem apresentadas pela ANVISA se configuram como políticas públicas objetivando a prevenção de doenças e manutenção da saúde como um todo e, sendo assim quanto mais profissionais de saúde empoderados sobre estes saberes mais facilmente as informações serão decifradas e elucidadas para os consumidores. Essa pesquisa tem como objetivo discorrer sobre algumas das mudanças que ocorrerão na tabela de informações nutricionais de produtos alimentícios, com relação as novas legislações publicadas em outubro de 2020 e como estas podem impactar os consumidores. Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, com finalidade de aprofundar o leitor em informações sobre o tema. As fontes de pesquisa utilizadas foram bibliotecas virtuais de instituições públicas e particulares e em bases de dados científicos, principalmente, Science Direct, Scielo, Google acadêmico, além dos sites da Biblioteca da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/EPM), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Governo Federal, e não foram estabelecidos limites quanto ao ano de publicação. Desta forma, foram selecionados artigos científicos, livros, trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações, teses, relatórios técnicos, legislações, entre outros. A inclusão da obrigatoriedade dos açúcares adicionados na tabela de informações nutricionais, bem como as modificações na apresentação das informações na tabela de informações nutricionais na qual serão modificadas as cores das letras e fundo e a localização são alterações que deverão favorecer melhores escolhas alimentares por grande parte dos consumidores.

## INTRODUÇÃO

Com o processo acelerado e diversificado de industrialização dos alimentos o hábito alimentar dos brasileiros vem passando por profundas alterações, como a substituição dos produtos *in natura*, ou que passam por poucos processos de industrialização, como o arroz, feijão, legumes e verduras por alimentos que são produzidos majoritariamente ou totalmente nas indústrias alimentícias, denominados como alimentos processados e ultraprocessados. Essa mudança nos hábitos alimentares promove um desequilíbrio na oferta de nutrientes e excessiva ingestão de calorias e causa aumentos da incidência de doenças crônicas como obesidade, hipertensão, diabetes, doenças do coração e certos tipos de câncer (BRASIL, 2014)

De acordo com a Organização Mundial da Saúde a incidência mundial de obesidade dobrou entre 1980 e 2008, tal quadro se delineou nos países americanos, em que 62% dos adultos acima de 20 anos de idade estão com sobrepeso e 26% estão obesos. México, Chile e Estados Unidos apresentam nível mais alarmante de excesso de peso em adultos (WHO, 2018). No Brasil a situação não é diferente dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) computou o excesso de peso em 49% dos brasileiros e obesidade em 14,8% (BRASIL, 2013).

Poblacion el tal (2016) em pesquisa sobre insegurança alimentar e o impacto negativo na saúde das crianças brasileiras ponderam que o ambiente obesogênico que o Brasil já enfrenta retrata maior participação dos produtos alimentícios industrializados no dia a dia de várias populações pelo mundo, cuja característica principal é o elevado nível de densidade energética. Pensando na sociedade hiperconsumismo

apresentado pelo sociólogo francês Gilles Lipovetsky (2007) onde o consumidor passa a “sentir e viver” o consumo fato que gera uma série de novas ansiedades, uma necessidade de “agora” e de medicalização do consumo, prática que desencadeia a crescente angústia relacionada ao corpo e à saúde. Nesta perspectiva o mesmo autor chama atenção para quanto mais o indivíduo está isolado ou frustrado, mais buscará consolo nas felicidades imediatas da mercadoria, coordenado pela lógica do “Sofro, logo compro”, problemática que resta ampliada quando é substituída pela lógica do “Sofro, logo me alimento com produtos ultraprocessados que oferecem prazer imediato” (LIPOVESTKY, 2007.p. 60), assim a população tem elevado exponencialmente a ingestão dos alimentos ultraprocessados.

Se por um lado tem o aumento da ingestão dos ultraprocessados, por outro lado temos as informações nutricionais nas embalagens destes alimentos que fazem partes de políticas públicas sob a responsabilidade da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) vinculada ao Ministério da Saúde do Brasil, esta tem como uma de suas funções regular o mercado alimentício retirando de circulação os produtos que podem causar riscos à saúde e promovendo escolhas mais saudáveis. As embalagens e rótulos nutricionais também são fiscalizados pelo órgão e a efetividade destes últimos vem sendo questionada há anos.

Diante deste cenário Moraes et al (2020) ressaltam que a rotulagem de alimentos é fundamental para a comunicação entre produtores e consumidores e que funciona como um instrumento de saúde pública, já que traz importantes informações importantes que deveriam ajudar a população a realizarem escolhas mais saudáveis e conscientes. No entanto, para ajudar os consumidores a ter maior

autonomia em suas escolhas alimentares, é importante interpretar corretamente a rotulagem dos alimentos.

As legislações de rotulagem apresentadas pela ANVISA se configuram como políticas públicas objetivando a prevenção de doenças e manutenção da saúde como um todo e, sendo assim quanto mais profissionais de saúde empoderados sobre estes saberes mais facilmente as informações serão decifradas e elucidadas para os consumidores.

A presente pesquisa tem como objetivo discorrer sobre algumas das mudanças que ocorrerão na tabela de informações nutricionais de produtos alimentícios, com relação as novas legislações publicadas em outubro de 2020 e como estas podem impactar os consumidores.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, com finalidade de aprofundar o leitor em informações sobre o tema. Este tipo de método não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise, adotando critérios mais amplos para a seleção dos artigos a serem usados na composição do estudo e deixando espaço para uma análise mais crítica da literatura.

As fontes de pesquisa utilizadas foram bibliotecas virtuais de instituições públicas e particulares e em bases de dados científicos, principalmente, Science Direct, Scielo, Google acadêmico, além dos sites da Biblioteca da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/EPM), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Governo Federal, e não foram estabelecidos limites quanto ao ano de

publicação. Desta forma, foram selecionados artigos científicos, livros, trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações, teses, relatórios técnicos, legislações, entre outros. Foram usados os seguintes descritores isolados ou em combinação, nos idiomas português e inglês, foram utilizadas para a pesquisa: “rotulagem”, “nutricional”, “rótulo”, “nova rotulagem”, “alimentos”, “legislação”, “labeling”, “label” e “nutrition”.

Para facilitar e guiar a nossa busca por artigos e textos formulou-se a seguinte pergunta norteadora: Quais as principais mudanças ocorrerão na tabela de informações nutricionais mediante na nova legislação de rotulagem nutricional da ANVISA? Essa é uma investigação bastante pertinente neste momento em que a indústria alimentícia está em fase de adequação de suas embalagens e também a necessidade de preparação dos profissionais da saúde para auxiliar a população sobre as novas mudanças que aparecerão nas embalagens dos alimentos a partir de outubro de 2022.

## **DESENVOLVIMENTO**

Após seis anos de muita discussão, estudos e análises técnicas robustas, as novas regras para Rotulagem Nutricional foram aprovadas por unanimidade pela Diretoria Colegiada da Anvisa e publicadas no dia 9 de outubro, por meio da Resolução RDC nº 429/20 e da Instrução Normativa IN nº 75/20. Elas trazem mudanças profundas na rotulagem nutricional dos alimentos quanto à declaração de nutrientes na tabela, uso de rotulagem frontal e alegações.

Um ponto relevante que podemos destacar trazida pela RDC nº 429/20 é a nova definição sobre “Açúcares Adicionados”, que

corresponde a todos os monossacarídeos e dissacarídeos adicionados durante o processamento do alimento, incluindo as frações de monossacarídeos e dissacarídeos vindos da adição de outras fontes, como dextrose, açúcar invertido, xaropes, maltodextrina e outros carboidratos hidrolisados. Nessa somatória, os açúcares naturalmente presentes em produtos lácteos, vegetais e frutas não devem ser considerados. Tal informação será apresentada como demonstrada na a seguir 1 letra A.

Figura 1 Modelo de tabela de informação nutricional aprovada pela ANVISA em outubro de 2020.

| INFORMAÇÃO NUTRICIONAL             |       |       |      |
|------------------------------------|-------|-------|------|
| Porções por embalagem: 000 porções |       |       |      |
| Porção: 000 g (medida caseira)     |       |       |      |
|                                    | 100 g | 000 g | %VD* |
| Valor energético (kcal)            |       |       |      |
| Carboidratos totais (g)            |       |       |      |
| Açúcares totais (g)                |       |       |      |
| Açúcares adicionados (g)           |       |       |      |
| Proteínas (g)                      |       |       |      |
| Gorduras totais (g)                |       |       |      |
| Gorduras saturadas (g)             |       |       |      |
| Gorduras trans (g)                 |       |       |      |
| Fibra alimentar (g)                |       |       |      |
| Sódio (mg)                         |       |       |      |

\*Percentual de valores diários fornecidos pela porção.

Fonte: ANVISA

A inclusão dos açúcares adicionados à tabela de informações nutricionais é uma modificação de grande relevância, haja vista que o papel do açúcar adicionado à alimentação tem sido tema de muito escrutínio científico nos últimos anos. As revisões da literatura do tipo metanálises de estudos longitudinais e estudos controlados aleatórios demonstram correlações positivas entre o consumo de açúcar adicionado

e o aumento de peso. Além disso, o consumo de bebidas açucaradas tem forte associação com as doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2 e síndrome metabólica. Entre os mecanismos fisiológicos estão a hiperinsulinemia, resistência à insulina, a inflamação de vasos sanguíneos e a hipertensão (OPAS, 2014).

Ainda sobre essa questão Levy et al, há uma década, já demonstravam um aumento alarmante da ingestão de alimentos com a fração de “açúcares de adição” oriunda de alimentos processados ao longo das três pesquisas, dobrando entre 1987/88 e 2002/03 (de 17,4% para 35,5%). Neste período a contribuição do refrigerante para o total de “açúcares de adição” aumenta em 200% (de 6,1% para 18,8%) e a contribuição dos biscoitos aumenta em 100% (de 2,4% para 5,2%).

A Organização Pan-Americana Da Saúde (OPAS), em seu Plano de Ação para Prevenção da Obesidade em Crianças e Adolescentes, sinaliza que a necessidade latente da redução do consumo dos açúcares adicionados é primordial para a prevenção de sérios malefícios à saúde da população relacionado à alimentação, mas evidentemente não é suficiente por si só, enfatizando que uma alimentação saudável deve ser baseada no consumo diário de frutas e verduras, grãos não refinados, leguminosas de grão, leite, proteínas magras incluindo peixes e óleos vegetais, e baixo consumo de carnes vermelhas e processadas (OPAS, 2014).

Como visto órgãos governamentais, neste caso, mais atuante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), a qual compete dentre várias das suas atribuições é legislar sobre os rótulos de produtos alimentícios, têm se esforçado para atender e regular os anseios e necessidades de vários setores da sociedade, porém no que tange a questão sobre o interesse na leitura e compreensão das informações nutricionais presentes nas embalagens, Verissimo et al. (2019)

observaram que o hábito de leitura foi relatado por 72,3% dos entrevistados, onde foi possível verificar que era analisado o prazo de validade (90,2%), teores de gorduras (18,4%) e sódio (16,7%), mostrando assim uma certa limitação em observar várias outras informações relevantes para melhor seleção dos alimentos.

Ainda sobre essa questão Lindemann et al. (2016) desenvolveram uma pesquisa quantitativa do tipo transversal na cidade de Pelotas, localizada no Estado de Rio Grande do Sul, com 1.264 adultos e idosos de ambos os sexos, onde foi demonstrado que dos entrevistados 61% estavam acima do peso. Dos investigados 70,9% relataram ter o hábito de ler rótulos de alimentos, sendo o prazo de validade o item mais verificado (73,8%), seguido do valor nutricional (18,0%) e teor de sódio (11,8%). O hábito de ler rótulos foi referido por 69,6% dos participantes, com foco preferencial no prazo de validade do produto. Do total de informações nutricionais disponíveis, 27,8% leem apenas o valor calórico dos alimentos.

Como apresentado nas pesquisas é possível perceber que a leitura das informações nutricionais ainda não é uma prioridade quando os consumidores observam as informações contidas nas embalagens dos produtos alimentícios. Esta constatação nos faz refletir sobre a nossa função enquanto profissionais da saúde, mais especificamente os Enfermeiros que tem como uma das atribuições profissionais atuar com Educadores a favor da manutenção da saúde da população, principalmente na assistência da atenção primária, sendo assim há muito trabalho a ser realizado.

Outra mudança que ocorrerá na tabela de informações nutricionais, que é obrigatória nos rótulos dos alimentos embalados na ausência dos

consumidores, incluindo as bebidas, os ingredientes, os aditivos alimentares e os coadjuvantes de tecnologia, inclusive aqueles destinados exclusivamente ao processamento industrial ou aos serviços de alimentação, é a apresentação das informações nutricionais para cada 100 gramas (g), para sólidos ou semissólidos, ou 100 mililitros (ml), para líquidos, além das já existentes por porção, que pode ser vista na Figura 1 letra B. Tal inclusão favorecerá a comparação entre produtos diferentes (BRASIL, 2020).

Além disso, a tabela de informação nutricional deverá trazer os dados apenas em letras pretas, com fundo branco, para garantir a facilidade na leitura. Também deverá ficar localizada próxima à lista de ingredientes e em superfície contínua, não sendo aceitas quebras. Não poderá ser apresentada em áreas encobertas, locais deformados ou regiões de difícil visualização. A exceção fica para os produtos pequenos, aqueles com área de rotulagem inferior ou igual a 100 cm<sup>2</sup>, em que a tabela poderá ser apresentada em partes encobertas, desde que acessíveis, ou em sua embalagem secundária. Há ainda outra mudança nas tabelas nutricionais: o número de porções por embalagem também deverá ser declarado (BRASIL, 2020).

Tal modificação vem ao encontro dos anseios de consumidores que buscam as informações sobre os atributos nutricionais presentes nos alimentos. Sousa, Lima e Cuvello (2020) descrevem a respeito da dificuldade em ler as informações nas embalagens alimentícias por causa das cores e contrastes destas, situação que frequentemente pode levar o consumidor ao engano na hora de escolher entre um produto e outro.

Silva et al (2021) em seu overview no qual priorizou revisões da literatura do tipo sistemática estudando sobre os novos requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados propõem um monitoramento para aprofundar os efeitos de longo prazo nas mudanças de rotulagem de alimentos sobre padrões de obesidade e promoção de escolhas saudáveis sobre o comportamento da população brasileira. Tal acompanhamento poderia ser realizado junto com a estratégia do Ministério da Saúde para doenças crônicas, como as abordagens da vigilância de fatores de risco e proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) e ainda destacam a importância do envolvimento da sociedade civil e do setor regulador pode apoiar no monitoramento dos impactos das consultas públicas para o enfrentamento dos problemas relativos à alimentação e à nutrição direcionadas ao ambiente alimentar.

## **CONCLUSÃO**

A inclusão da obrigatoriedade dos açúcares adicionados na tabela de informações nutricionais, foi com certeza uma decisão muito assertiva no sentido de esclarecer mais detalhadamente a composição nutricional dos produtos alimentícios ofertados pela indústria, bem como para que a indústria de alimentos invista melhor seus recursos financeiros e tecnológico para produzir alimentos com menores quantidades deste nutriente, que como foi demonstrado na presente pesquisa pode influenciar negativamente a saúde dos consumidores.

Quanto as modificações na apresentação das informações na tabela de informações nutricionais na qual serão modificadas as cores das letras e fundo e a localização desta na embalagem acreditamos que muito vem a contribuir, pois facilitará bastante leitura das informações, ou seja, determinação legal priorizará a legibilidade, o que é

muito favorável para que o consumidor consiga usufruir melhor das informações e assim poderá fazer escolhas mais saudáveis.

Diante das informações aqui expostas torna-se relevante destacar a necessidade de que os consumidores tenham consciência do quanto importante é a avaliação da rotulagem dos produtos antes de efetuar sua compra e consumo. O que torna interessante avaliar o conhecimento da população frente à rotulagem e especialmente sobre a nova rotulagem nutricional, já que a mesma entrará em vigor e pode fornecer informações mais claras.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília-DF, 2013. Disponível em [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_alimentacao\\_nutricao.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf) . Acesso em: março de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para população brasileira**. 2014. Disponível: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf). Acesso em: março de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Diretoria Colegiada. **Instrução Normativa-IN Nº75**, de 8 outubro de 2020. Estabelece os requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-in-n-75-de-8-de-outubro-de-2020-282071143> . Acesso em março de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria de Colegiado – **RDC Nº 429**, de 8 de outubro de 2020. Dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados. Disponível em: [http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/3882585/RDC\\_429\\_2020\\_.pdf/9dc15f3a-db4c-4d3f-90d8-ef4b80537380#:~:text=A%20declara%C3%A7%C3%A3o%20da%20rotulagem%20nutricional,IN%20n%C2%BA%2075%2C%20de%202020.](http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/3882585/RDC_429_2020_.pdf/9dc15f3a-db4c-4d3f-90d8-ef4b80537380#:~:text=A%20declara%C3%A7%C3%A3o%20da%20rotulagem%20nutricional,IN%20n%C2%BA%2075%2C%20de%202020.) . Acesso em março de 2022.

Levy, R.B. et al. Disponibilidade de “açúcares de adição” no Brasil: distribuição, fontes alimentares e tendência temporal. **Rev Bras Epidemiol**; 15(1): 3-12, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/Bfc4P5y5CJsn8dLSGPH5FMm/?format=pdf&lang=pt>

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MORAIS, A.C.B. et al. Conhecimento e uso de rótulos nutricionais por consumidores. **Demetra alimentação, Nutrição & Saúde**. V. 15, 2020. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/45847>. Acesso em março de 2022.

POBLACION, A. P. Insegurança Alimentar e o Impacto Negativo na Saúde das Crianças Brasileiras—Por que a Segurança Alimentar é Importante para Nossa Prosperidade Futura? Pesquisa Nacional Brasileira (PNDS 2006/07). **Food and Nutrition Policy**. V. 37(4) pag. 585 – 598, 2016. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0379572116664167>. Acesso em março de 2022.

SILVA, E. T. ; PEREIRA, A. SILVA, C. E.; GONÇALVES, M.; e SILVA, E. F. T. Novos requisitos técnicos para rotulagem nutricional nos alimentos embalados: panorama dos revisões". **Vigilância Sanitária em Debate**: Sociedade, Ciência & Tecnologia 9, nº 2 (2021):79-87. Redalyc, <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570569642010>

SOUSA, A. M.; LIMA, E.G.F.; CUVELLO, L.C.F. Análise dos rótulos e adequação de nutrientes de iogurtes. IN: **Propostas, recursos e resultados nas ciências da saúde** [recurso eletrônico] / Organizadores Luis Henrique Almeida Castro, Thiago Teixeira Pereira, Fernanda Viana de Carvalho Moreto. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

WHO - World Health Organization. World health statistics 2018: **Monitoring health for the SDGs, sustainable development goals**. 2018. Disponível em [https://www.who.int/gho/publications/world\\_health\\_statistics/2018/en/](https://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2018/en/). Acesso em: março de 2022.

VERÍSSIMO, A. C.; et al. Association between the habit of reading food labels and health-related factors in elderly individuals of the community. **Revista de Nutrição**, [S.L.], v. 32, 2019. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: [SciELO - Brasil - Association between the habit of reading food labels and health-related factors in elderly individuals of the community Association between the habit of reading food labels and health-related factors in elderly individuals of the community](#)

SILVA, E. T. ; PEREIRA, A. SILVA, C. E.; GONÇALVES, M.; e SILVA, E. F. T. Novos requisitos técnicos para rotulagem nutricional nos alimentos embalados: panorama dos revisões". **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia** 9, nº 2 (2021):79-87. Redalyc, <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570569642010>

SOUSA, A. M.; LIMA, E.G.F.; CUVELLO, L.C.F. Análise dos rótulos e adequação de nutrientes de iogurtes. IN: **Propostas, recursos e resultados nas ciências da saúde** [recurso eletrônico] / Organizadores Luis Henrique Almeida Castro, Thiago Teixeira Pereira, Fernanda Viana de Carvalho Moreto. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.